

A Idade do Ferro em Portugal: leituras de Jorge de Alarcão

ANA MARGARIDA ARRUDA
Centro de Arqueologia
Faculdade de Letras
Universidade de Lisboa

«O respeito pelos mestres é o respeito pelo
saber. Não os respeitar significa não respeitar o
valor do conhecimento»

ANTÓNIO DAMÁSIO

«Não tenho explicações
olho e confronto
e por método é nu
meu pensamento»

SOPHIA DE MELLO BREYNER

1. Introdução

É habitual associar Jorge de Alarcão aos estudos sobre a época romana. Tal associação, não sendo ilegítima, é certamente redutora. Se é verdade que é imensa e incontornável a contribuição que deu para o estudo do Portugal romano, é também verdade que, desde o final da década de 80 do século XX, o âmbito da sua investigação se alargou a outros temas, entre os quais a Idade do Ferro.

Esta entrada nas problemáticas sidéricas, bem como aliás em outras, como por exemplo a Arqueologia Teórica, poderá ter constituído uma surpresa para alguns, menos atentos, e ter mesmo perturbado outros. Espartilhar o pensamento e o trabalho dos investigadores nossos contemporâneos em esquemas reducionistas traz vantagens claras e desarrumar o esquema mental que construímos a seu propósito causa, por vezes, um verdadeiro incómodo.

Jorge de Alarcão é um arqueólogo «do romano». Compreendiam-se portanto as suas sínteses sobre a romanização do actual território português. Essas sínteses, que correspondiam à estruturação de uma realidade concreta, estruturação essa baseada em importantes e longos trabalhos de campo e no estudo de muitos e variados espólios arqueológicos, permitiram arrumá-lo na gaveta da Arqueologia Clássica.

Não serei eu que poderei explicar um percurso científico que conduziu ao debruçar sobre temáticas relacionadas com a Idade do Ferro. Seria certamente muita ousadia da minha parte tentar justificar esse percurso, ainda que acredite que existe sempre uma ligação profunda entre uma trajectória e a produção científica que esta gera.

Mas o que aqui importa destacar é que o interesse que as populações indígenas lhe suscitaram acabou por resultar num conjunto de trabalhos de importância e dimensão consideráveis, que, entre outros méritos, obrigou os arqueólogos «do Ferro» a olhar para as realidades em que trabalhavam com outras metodologias e sobretudo com outras perspectivas de análise. Se é verdade que estes seus trabalhos não partiram de quaisquer escavações ou de estudos de materiais, o certo é que foi este «olhar de fora» que permitiu aos «de dentro» colocar outras perguntas e procurar novas respostas. Sair das tipologias e dos quadros evolutivos das culturas materiais, focar a atenção nas análises sociais e políticas das comunidades sidéricas foram passos que demos através de um caminho de cujo traçado Jorge de Alarcão foi um dos principais arquitectos.

Neste mesmo volume, outros se debruçam sobre os seus trabalhos no âmbito da romanização ou da Arqueologia Teórica. Não posso, contudo, deixar de referir nesta breve introdução que o conjunto da obra é, de alguma forma, indissociável e corresponde a um percurso científico ligado por um único fio condutor. E se o interesse inicial pelas etnias sidéricas e pela sua localização em espaços concretos pode ter sido suscitado pela própria geografia da conquista e da romanização do território português, lidas e estudadas nas fontes clássicas, epigráficas e arqueológicas, muitas das novas abordagens que ensaiou para a Idade do Ferro, e também aliás para a época romana, reflectem novas metodologias e outras análises que têm que ser enquadradas no âmbito da «sua» Arqueologia Teórica. De alguma forma, pode dizer-se que se trata da projecção, no espaço português e num tempo concreto (o I milénio a.C.), de teorias e métodos que, sendo talvez conhecidos de outros, não eram aplicados para épocas posteriores à Pré-História.

Independentemente de este ser um tempo de homenagens, e de saber que, por isso mesmo, corro o risco de as minhas palavras serem interpretadas como meras e efémeras referências laudatórias, não posso deixar de lembrar que, neste âmbito concreto, como aliás em outros, a produção científica de Jorge de Alarcão se revestiu de uma invulgar coragem. Com efeito, navegar nas águas da Arqueologia Teórica foi quase sempre um privilégio de pré-historiadores que olhavam com desconfiança para os que, vindos de fora, ousassem penetrar nelas. Por outro lado, algumas falsas modéstias e certas humildades injustificadas travaram, em Portugal, as vontades na elaboração de textos sobre as questões teóricas que envolvem a arqueologia. Com muita serenidade na atitude, mas, reconheça-se, com uma imensa firmeza na convicção, Jorge de Alarcão não se deixou atemorizar, e pôde produzir trabalhos, alguns de rara inspiração, em áreas habitualmente vedadas aos «arqueólogos clássicos» que escrevem em português.

Seria, porém, tremendamente injusto compreender apenas nas suas leituras dos teóricos da arqueologia a vertente antropológica que, a partir de determinado momento, imprimiu a alguns dos seus textos, nomeadamente aqueles sobre a Idade do Ferro. Essa vertente é clara num texto já antigo, publicado na *Biblos* (1983), parecendo-me que, nesse caso, não foi a arqueologia processual anglo-saxónica que lhe serviu de inspiração. «A arqueologia é ciência das sociedades» e «A arqueologia não é apenas descoberta, interpretação e classificação dos objectos de que o homem se serviu; o homem viveu num espaço organizado, espaço que é uma combinação dinâmica, e por isso mesmo instável, de elementos físicos e de factores culturais: tecnologia, divisão social do trabalho, estruturas sócio-económicas e sócio-políticas, ideologia, condicionam essa organização, sendo função da Arqueologia reconstruir o espaço, explicá-lo, acompanhá-lo na sua constante evolução» escreveu já lá vão 20 anos.

Injusto seria também não reconhecer que algumas das novas perspectivas da Antropologia do Colonialismo de âmbito pós-moderno estão já, em parte, presentes em alguns trabalhos antigos de Jorge de Alarcão (1988, 1990). Às populações pré-romanas do território ocidental da Península Ibérica foi atribuído um papel activo no próprio processo da romanização (*ibidem*), o que corresponde afinal ao essencial das teses que defendem que o colonialismo não é um processo abstracto, mas que, pelo contrário, toma forma em contextos sociais e políticos prévios e específicos (Wolf, 1987; Stoler, 1992: 319-320)¹. A atenção dispensada por Jorge de Alarcão às comunidades indígenas da futura Lusitânia não pode, portanto, deixar de ser referida, sobretudo porque a Arqueologia permaneceu, até há poucos anos, à margem das novas perspectivas teóricas da «Antropologia do Colonialismo»².

2. A paleo-etnologia do Portugal pré-romano

Em 1988, é publicado «O domínio romano em Portugal». Neste livro, de grande novidade para a história da organização política e administrativa da época romana, é defendida uma nova teoria sobre a organização do espaço e a administração do território da Lusitânia. Indo além da tradicional divisão conventual, avança com a existência de *civitates*, enquanto unidades políticas e administrativas concretas.

A outros cabe a análise desta nova tese sobre o ordenamento territorial da província ocidental hispânica, e se a ela faço referência é justamente pelo facto de Jorge de Alarcão ter também recorrido à Proto-história na justificação das *civitates* e, sobretudo, na delimitação dos seus territórios. Com efeito, tanto nessa obra como em outra síntese posterior sobre o ordenamento territorial romano da Lusitânia (Alarcão, 1990), assume-se, pela primeira vez em Portugal, a importância da sociedade autóctone na moldagem da colonização romana. E se até então Jorge de Alarcão tinha, praticamente, ignorado a realidade indígena sobre a qual os romanos se implantaram (veja-se, por exemplo, o «Portugal Romano»), havendo apenas referências à tolerância dos colonizadores em relação aos cultos locais, as comunidades pré-existentes foram agora argumento («Aparentemente, o programa foi elaborado sobre uma correcta apreciação da realidade sociopolítica, cultural e económica da Lusitânia, realidade que não era homogênea, mas antes consideravelmente diversificada» *ibid.*: 352).

Independentemente do facto dos territórios então delimitados terem sofrido alterações em trabalhos posteriores, o que pode revelar alguma fragilidade das bases em que assentou essa delimitação, e mesmo das críticas que esta organização espacial administrativa suscitou para a época romana (Faria, 1989), o que importa destacar é o imenso esforço de análise e de síntese que foi concretizado e, insisto, a assunção de que as comunidades autóctones não foram meros agentes passivos no processo colonial. Às diversas etnias pré-romanas, lidas ou intuitas nos textos clássicos, na epigrafia e na toponímia, foi atribuído um papel activo no próprio processo da romanização, concretamente num dos seus aspectos mais significativos, o ordenamento territorial.

Não parece ser este o local, nem talvez seja eu a pessoa mais adequada para traçar outros limites para algumas das «unidades geo-políticas» pré-romanas, anular outras, ou propor a criação de novas. Tão pouco me parece que seja essa a questão fundamental, neste caso. O que parece, de facto, de reter são as novas perspectivas ensaiadas, as bases metodológicas em que elas assentaram e a preocupação na reconstituição de áreas culturais específicas. E se, nas páginas anteriores, falei já das primeiras, ocorre-me ainda tecer, quanto às restantes, algumas breves considerações.

Sendo óbvio que os trabalhos em análise partem de um levantamento arqueológico exaustivo, levantamento esse realizado no âmbito da obra «Roman

Portugal» (Alarcão, 1988b), parece claro que no tratamento dessa informação foram utilizadas muitas das metodologias preconizadas pela chamada «Nova Arqueologia». Com efeito, a análise espacial em que se baseia a delimitação dos territórios das *civitates* tem muito de «processual».

Poderia parecer que a adopção desta metodologia processualista estaria em contradição, não só com toda a análise ensaiada, mas até mesmo com a própria temática abordada. Com efeito, as mudanças culturais não são geralmente temas de eleição para os partidários da «Nova Arqueologia» e, quando são com elas confrontados, o seu estudo é sempre elaborado tendo em consideração que se trata de um processo interno ao sistema, fruto da inter-relação com o meio físico em que este se insere³.

Nestas mesmas premissas processuais, cabem algumas observações feitas a propósito da «área galaico-lusitana», o que evidencia, na minha perspectiva, que não é só ao nível metodológico que a «Nova Arqueologia» modelou certas interpretações de Jorge de Alarcão.

A divisão do território actualmente português em duas grandes áreas culturais (a galaico-lusitana e a céltico-túrdula) está, contudo, baseada em formulações teóricas que nada têm que ver com a «Nova Arqueologia», parecendo claro a existência de um modelo subjacente de cariz histórico-culturalista. Com efeito, esta própria divisão parece estar relacionada com o princípio segundo o qual as sociedades ou culturas, assimiladas a povos ou etnias, estão delimitadas espacial e temporalmente, e definem-se como um agregado de tipos associados de forma repetida e exclusiva. A este propósito parece significativa a afirmação: «Apesar de todas as possíveis divergências, que só através de muitas escavações e de muitos estudos dos vestígios da cultura material poderemos vir a entender, havia denominadores comuns: um determinado tipo de habitat, solidário de uma estratégia de ocupação do espaço, uma certa forma de organização social, uma particular economia» (Alarcão, 1990: 354)⁴.

Mas, e como já acima tive oportunidade de referir, Jorge de Alarcão, ao assumir a importância das comunidades indígenas na modelação do ordenamento territorial romano, compagina-se com alguns dos paradigmas de modelos elaborados por historiadores como Watchel (1974), Bartel (1985) ou Gruzinski e Rouvert (1976). Segundo este olhar, as análises dos fenómenos de aculturação devem ser vistas nas suas duas ópticas possíveis, ou seja, contemplando tanto a cultura receptora, como a exógena. Assim, a estrutura social e política autóctone, bem como a sua percepção do «outro», e a vontade política dos colonos são as duas faces da mesma moeda em qualquer processo de cariz aculturacionista. Nesta mesma linha, estes autores defendem que a permanência de traços culturais indígenas deve ser relacionada não só com questões que têm que ver com a resistência indígena, mas também com os interesses políticos e económicos dos colonos.

As várias percepções teóricas e metodológicas que subjazem a estes dois trabalhos de Jorge de Alarcão (1988a, 1990) serão, porventura, a materialização prática dos princípios enunciados na sua obra «Para uma Conciliação das Arqueologias» (Alarcão, 1996c).

O interesse pelos povos pré-romanos do território português e pela delimitação dos seus territórios permanece em trabalhos posteriores. No caso concreto do sul de Portugal, o tema é abordado em vários artigos, de que se destacam um publicado em 1992 e dois publicados em 1996 (Alarcão, 1996a e b).

Em todos estes três textos ressalta a tentativa de situar geograficamente as etnias citadas pelos autores clássicos. Os Cempsos, os Sefes, os Cinetes, os Cónios, os Lusitanos e os Célticos são adstritos a determinadas áreas, tentando-se, também com base nos dados arqueológicos disponíveis, pôr alguma ordem na complexidade étnica que pode ser deduzida das fontes. O poema de Avieno e as descrições de Heródoto, Estrabão, Pomponio Mela, Plínio e a geografia de Ptolemeu são alvo de análise aprofundada. E se é polémica a diferenciação que faz entre Cónios e Cinetes (Alarcão, 1992a: 339-340), também não deixa de causar alguma estranheza a localização de *Laccobriga* na margem esquerda do Tejo, mais exactamente nas imediações da Serra da Arrábida (*ibid.*, 343).

É certo que este núcleo urbano se integra no conjunto das cidades dos Célticos de Ptolemeu (II, 5, 6) e que as coordenadas que o geógrafo indica para ele permitem uma localização a Sul de *Olisipo* e a Norte de *Miróbriga*. Por outro lado, fazer descer até ao Algarve os Célticos é problemático. Mas penso que o texto de Mela (III, 7) não permite sustentar a localização de *Laccobriga* na fachada ocidental portuguesa, uma vez que assim teríamos de situar, também nesta região, *Portus Hannibalis*, e que ambos estão adstritos ao Promontório *Sacrum* pelo autor da «*de chorographia*». Refira-se ainda que as coordenadas dadas por Ptolemeu (II, 5, 2) para o mesmo Promontório permitem situá-lo no Algarve e ainda que tanto o texto de Estrabão (III, 1, 4), como o de Plínio (II, 2, 42) sustentam a sua identificação com o Cabo de S. Vicente. Assim, ou admitimos que existem vários topónimos *Laccobriga* na Lusitânia, o que não seria impossível⁵, ou partimos do princípio que, neste caso, as coordenadas indicadas pelo geógrafo de Alexandria são incorrectas. É certo que a terminação *briga* do topónimo pode falar a favor da celticidade dos habitantes daquela cidade, bem como, aliás, a sua inclusão na lista ptolemaica de núcleos urbanos atribuídos aos Célticos. Mas não é também verdade que *Calitobrix* é incluída pelo mesmo autor entre as cidades turdetanas?

Mais recente é um texto de 2001, onde, a propósito dos Lusitanos, Jorge de Alarcão reflecte não só acerca dos territórios, das origens e da língua daquele povo, mas de vários outros temas com ele mais ou menos relacionados. Ainda que aqui seja lembrado que a equação etnia=cultura material=língua foi profundamente questionada nas últimas décadas, assume que essa equação pode continuar a nortear os estudos de paleo-etnologia, chamando a atenção para

o facto de certas premissas em que se baseia a Arqueologia Contextual poderem permitir valorizar os termos dessa equação «...a arqueologia contextualista, ao chamar a atenção para o papel activo que a cultura material desempenha na criação (ou no reforço) das solidariedades e das distâncias sociais, veio, de alguma maneira, reafirmar, se não a necessidade, pelo menos a possibilidade de equationação de etnia com cultura material e, eventualmente, com língua» (Alarcão, 2001: 294). De facto, e juntamente com Jorge de Alarcão, considero que esta perspectiva teórica permite reposicionar nos debates os termos da referida equação.⁶

Mas parece também evidente que, uma vez mais, Jorge de Alarcão não se deixa atemorizar, assumindo um discurso «politicamente incorrecto» à luz das morais vigentes. Com efeito, talvez o texto produzido seja mais facilmente enquadrável numa perspectiva histórico-culturalista do que próximo dos postulados teóricos da Arqueologia Contextual.

Também «politicamente incorrecto» e, certamente, «fora de moda», é, sem dúvida, a defesa de uma teoria migracionista de larga escala, que sem medo denomina de «invasão» lusitana. E ainda que, também neste caso, poderíamos deduzir uma perspectiva de análise de contornos histórico-culturalistas, é justamente lembrado que autores recentes, como Kristiansen (1988), cuja matriz de pensamento é claramente marxista, puderam recuperar este modelo explicativo.

Registe-se, por fim, a fina ironia com que refere «...no contexto social da produção científica do nosso tempo, que tanto valoriza os discursos alternativos ou os discurso de resistência, um arqueólogo ou historiador não terá que ter muito receio de que as propostas de reconstituição por ele apresentadas, por vezes com muitas dúvidas (sempre neste nosso trabalho acentuadas), sejam tomadas como conhecimento indisputável» (Alarcão, 2001: 294).

Este artigo é, porventura, um dos mais difíceis trabalhos do seu autor, sendo polémicas muitas das teses apresentadas. O tempo é talvez demasiado longo (um pouco mais de mil anos de história) e são também várias as problemáticas e temas abordados.

Não me considero a pessoa mais adequada para discutir este trabalho de Jorge de Alarcão. De facto, são muitas as questões para as quais sei não possuir a formação necessária para nelas mergulhar com a atenção que o artigo merece. Ainda assim, permito-me fazer alguns comentários, sendo, no entanto e naturalmente, distinta a atenção dispensada aos vários temas.

Descartando agora a sua anterior hipótese da identificação como Lusitanos de todos os *populi/municipia* mencionados na ponte de Alcântara (Alarcão, 1988), mantém, contudo, que o nome *Lusitani* é etnónimo colectivo. Demarca também Lusitanos de Vetões, opção que parece a mais correcta. Com efeito, ainda que as afinidades linguísticas existentes entre ambas as etnias sejam reais, concretamente ao nível da onomástica, e possam ser invocadas (Guerra, 1998: 809), são

muitas as diferenças entre os dois povos. Sendo claramente diferenciados nos textos clássicos, são também distintas as culturas materiais recolhidas nas áreas geográficas normalmente a eles associadas.

Tudo indica que a eleição da área de implantação dos Lusitanos decorre da identificação destes com os falantes da língua documentada nas inscrições de Cabeço das Fráguas e Arroyo de la Luz. Se é verdade que esta língua foi denominada de lusitana, também é certo que essa denominação lhe foi atribuída pelo facto de a área em que se encontraram as referidas inscrições ser aquela em que tradicionalmente se localizam os Lusitanos.

De qualquer modo, na minha opinião, o mais importante neste texto é a constatação da existência de um elevado número de afinidades entre *Lancien-ses*, *Igaeditani*, *Tapori*, *Elbocori*, *Coerenses*, *Calontienses* e *Caluri*, e o facto dessas afinidades possibilitarem acordar-se que integravam um agrupamento étnico comum, claramente diferenciado de outros. Por outro lado, a lista ptolemaica e as fontes anteriores (Plínio e Mela) podem considerar-se bases relativamente sólidas para a elaboração da tese apresentada. Não se compreende, pois, a dureza da crítica de Pérez Vilatela (2001) em relação à definição do território dos Lusitanos pré-romanos, crítica em que, aliás, surpreende tanto o conteúdo como, sobretudo, a forma⁷. Com efeito, a inclusão dos *Turduli Veteres* de Mela e de Plínio ou dos *Turduli Bardili* plinianos entre as comunidades lusitanas seria, por muitas razões, indefensável e não me parece que o argumento da autoridade de Caro Baroja invocado pelo colega espanhol possa colher, nesta ou em qualquer outra crítica. Excluir os Sefes e os Cempsos de Avieno das comunidades lusitanas, também não deixa dúvidas, mesmo que todos saibamos que a região a que, justificadamente, estão adstritos foi posteriormente incluída na província romana da Lusitânia. Nem Vilatela, na sua ânsia de desmentir Alarcão, discorda neste ponto.

Muito importante parece ser a inclusão dos *Lancienses* entre os Lusitanos, inclusão que, contrariando teses antigas do autor (Alarcão, 1988a; Alarcão e Imperial, 1996),⁸ parece bem argumentada tanto do ponto de vista linguístico como da cultura material. Essa inclusão, que contraria o texto de Ptolemeu, tinha sido já pressentida por alguns autores (Roldán, 1968-69; Salinas de Frias, 1988, Guerra, 1998), mas julgo que os elementos agora aduzidos ganham importância na discussão sobre a fronteira entre Vetões e Lusitanos. Já não é só na quase total ausência das típicas esculturas zoomórficas, conhecidas por verrões, que assenta esta convicção. O carácter residual das cerâmicas *a peine* e de tipo Cogotas I é também lembrado. Uma vez mais, a crítica de Vilatela não parece nem séria, nem fundamentada.

A existência de uma área etno-cultural e etno-linguística própria dos Lusitanos, que corresponde a uma localização espacial específica, está, em grande parte, alicerçada na homogeneidade das divindades cultuadas na região definida. E em-

bora o próprio autor reconheça que é também verdade que algumas das divindades (*Bande*, *Nabia* e *Reve*) estão igualmente representadas em outras áreas impossíveis de associar a estes Lusitanos, concretamente o Noroeste e a Beira Central, o argumento de que outras (*Cosus* e *Trebaruna*, por exemplo: o primeiro registado apenas na área galaica; o segundo só na lusitana) surgem em áreas mutuamente exclusivas parece convincente.

Mais polémica parece ser a questão linguística, uma vez que foi necessário excluir a inscrição de Lamas de Moledo do grupo das inscrições em língua lusitana, já que esta é claramente excêntrica à área que as outras evidências ajudaram a delimitar. Fica aliás incluída no território dos *Interamnienses*, que não são, neste texto, considerados Lusitanos. E ainda que seja verdade que outros autores reconheçam a singularidade daquela inscrição em relação às duas restantes (Cabeço das Fráguas e Arroyo de la Luz), em todas elas existe uma certa coerência que, na minha perspectiva, não deve ser ignorada.

A origem e, sobretudo, a data da chegada dos Lusitanos ao território português é discutida com muita profundidade, dando origem a uma das mais controversas propostas deste texto: uma invasão lusitana ocorrida no início do Bronze final, paralela àquela que teria trazido os Galaicos ao Noroeste.

Para a formulação de tal proposta, Jorge de Alarcão parte não só do facto de parecer indelével que a língua reconhecida nas inscrições do Cabeço das Fráguas e de Arroyo de la Luz, e também na de Lamas de Moledo, é de origem indo-europeia e pré-celta, mas também dos dados arqueológicos que Raquel Vilaça tem vindo a encontrar na Beira interior, área onde localizou os seus Lusitanos estritos. Outros elementos foram ainda aduzidos à argumentação, nomeadamente os de ordem linguística e arqueológica.

A presunção de uma cronologia do Bronze Final para a língua lusitana tinha já sido assumida por Marisa Ruiz-Gálvez (1990) e por Martín Almagro Gorbea (1996), cronologia essa mais intuitiva do que apoiada em argumentos arqueológicos ou linguísticos convincentes.

De qualquer modo, parece estar fora de questão não só a especificidade e independência do lusitano em relação ao grupo céltico como também o seu arcaísmo no contexto das outras línguas indo-europeias peninsulares.

Neste texto, e como já referi, os dados que sustentam a proposta cronológica são em maior número, mas nem por isso completamente convincentes. E apesar de me parecer muito plausível que a língua lusitana possa efectivamente recuar até ao início do Bronze final, gostaria de poder contar com mais e mais sólidos elementos para aceitar, sem reservas, tal possibilidade.

Os povoados do Bronze final das Beiras e do Noroeste, cuja fundação podemos datar entre os séculos XIII e XI a.C. (Vilaça, 1995), representam, com efeito, uma ruptura em termos de estratégia de povoamento e mesmo de matriz cultural em relação aos momentos precedentes. Mas não é também o que

acontece em muitas outras regiões, como por exemplo o centro e sul de Portugal e a Andaluzia? A explosão demográfica que parece verificar-se justamente no início do Bronze final não é um fenómeno recorrente em muitas regiões peninsulares?

A demonstração de que essa invasão tenha uma origem trans-pirenaica assenta na distribuição dos machados de talão sem anéis ou com um único anel. Mas o mapa elaborado (Alarcão, 2001: 319, Fig. 9) mostra uma concentração desses machados no Noroeste e na região asturo-cantábrica, evidenciando uma escassa presença no território dos Lusitanos.

Por outro lado, parece que não devemos esquecer, neste contexto, que no Noroeste, bem como aliás na Estremadura portuguesa, as relações atlânticas foram privilegiadas durante o Bronze final, facto que aliás Jorge de Alarcão não nega, referindo, no entanto, que «A hipótese de invasão não tem de excluir as relações atlânticas, por mar, com o litoral da França e as ilhas britânicas» (*Ibid.*: p. 319).

Ainda assim, devo reconhecer que a proposta de uma cronologia antiga para os falantes da língua denominada lusitana me inspira simpatia, e as reservas que coloco aos argumentos apresentados prendem-se com o facto de eles me parecerem ainda escassos e, de algum modo, algo inconsistentes.

Quanto à origem, a relação com o mundo indo-europeu é indiscutível e a cronologia dos campos de urnas do Nordeste não parece compatível com a chegada destes indo-europeus a partir dessa área. Assim, procurar para lá dos Pirenéus o ponto de partida dessas populações parece muito bem observado.

A delimitação do território dos Lusitanos inspira a análise dos Cónios e da sua implantação no território ocidental (*ibid.*, 335-338).

Devo confessar que as interpretações de Jorge de Alarcão a este respeito me provocaram algum incómodo inicial, e isto porque sempre entendi que Cónios e Cinetes correspondiam à mesma etnia e que a distinção entre eles se prendia com questões meramente cronológicas (Arruda, 2002: 60). O facto de os textos mais antigos, como os de Heródoto ou Herodoro, nunca se referirem, no Extremo Ocidental, a Cónios, mas sim a Cinetes, e, pelo contrário, os autores recentes chamarem Cónios e nunca Cinetes aos povos do Sudoeste, pesava a favor da interpretação mais comum: o etnónimo Cónios correspondia à designação que os autores mais tardios atribuíram aos Cinetes. Embora reconhecesse que a forma *Cuneus* podia ser o correspondente latino do *Cyneticum iugum* de Avieno (Alarcão, 2001: 336; Guerra, 1998: 421) e que aqui o topónimo podia ficar a dever-se à forma de cunha que o Cabo de S. Vicente apresenta, a verdade é que o mesmo Avieno fala de *Cynetes*, Heródoto de *Kynetes* e de *Kynesioi* e Herodoro de *Cunesoi* e nenhum dos autores gregos refere quaisquer Cónios. Este último etnónimo aparece registado em Políbio e em Apiano, sem que nenhum mencione os Cinetes. Estes dados pareciam suficientemente sólidos para não permitirem

duvidar da já longa tradição que aceitava que ambos os nomes correspondiam a uma mesma entidade étnica, registada de forma diferente em épocas distintas (Tovar, 1961, 1976; Coelho, 1971; Guerra, 1998).

A análise aprofundada que Jorge de Alarcão efectua sobre as fontes clássicas em relação a esta problemática permitiu, no entanto, que algumas dúvidas tivessem abalado as minhas certezas sobre a localização dos Cónios.

Tal como o autor cuja obra se analisa, sempre considerei que os dados existentes não permitiam admitir que nas inscrições do Sudoeste se pudesse ler o etnónimo *Conii*, como pretenderam alguns. O que, contudo, não impedia, na minha perspectiva, que na região baixo-alentejana tivessem habitado os Cónios, tal como propôs, aliás, o próprio Jorge de Alarcão em 1992.

Pareceu-me sempre indiscutível a relação entre o *Cuneus* de Estrabão (III, 1, 4), de Mela (III, 7) e de Plínio (IV, 116) e a referida entidade étnica. A localização daquele no sul de Portugal parecia, por outro lado, indubitável, uma vez que as cidades a ele associadas estão localizadas nessa área (*Balsa*, *Ossonoba* e *Myrtilli*). Além disso, e como já referi, dei sempre como assente que os Cónios dos autores mais recentes não eram outra coisa que os Cinetes dos textos mais antigos, o que explicava a não referência desta etnia nestes textos, e que a implantação desses Cinetes na área meridional do território actualmente português não suscitava quaisquer dúvidas.

Tudo indica que são os textos referentes à II Guerra Púnica e à conquista romana do território peninsular que, em grande parte, alicerçam a proposta de Jorge de Alarcão na localização dos Cónios numa região situada na Extremadura espanhola, mais exactamente entre o Tejo e o Guadiana (Alarcão, 2001: 336, 337).

É verdade que do passo de Tito Lívio (XXVI, 20, 6) pode, com efeito, deduzir-se uma localização na área agora proposta, uma vez que aí se «...diz que Magão estava *in Mediterranea maxime supra Castulonensem saltum* e o *saltus Castolonensis* corresponde ao extremo oriental da Serra Morena» (*ibid.*, 336). E se o texto de Políbio poderia confirmar esta localização, uma vez que a propósito do mesmo acontecimento diz que o general cartaginês «...tinha as suas tropas no território deste povo, *entos Eracleión stelôn*» (*ibid.*), os de Apiano (*ib.* XII, 58 e 68) podem, no entanto, na minha perspectiva, serem usados para outras localizações possíveis, mas sempre sud-ocidentais, para além daquela que é proposta. Por outro lado, a área em questão é habitualmente atribuída aos Célticos.

Presumir que os Cónios estavam instalados na Extremadura espanhola obriga também a considerar que os Cinetes e os Cónios seriam duas etnias distintas. Os primeiros habitariam o Algarve e Alentejo e os segundos a área meridional da Extremadura espanhola. Reconheço hoje que não é o facto de os Cinetes não estarem referidos nas fontes clássicas mais tardias que poderá desdizer esta possibilidade. Muitas outras etnias referidas em Avieno não se perpetuaram nas obras posteriores, como por exemplo os *Saefes*, os *Cempsii* ou os

Dragani. Mas também é verdade que a área dos Cinetes é aquela em que as cidades são consideradas Turdetanas por Ptolemeu, ainda que tanto Plínio (IV, 116) como Mela (III, 7) associem a região do Algarve ocidental ao corónimo *Cuneus*. Pode pois admitir-se que o Algarve e parte do Alentejo podiam, a partir do século IV a.C., estar incluídos na Turdetânia, o que pode deduzir-se não só da descrição de Estrabão (III, 2, 4) e ainda da lista ptolemaica de cidades turdetanas, mas também do registo arqueológico, uma vez que tanto Mértola (Rego *et al.*, 1996) como Beja (informação de Maria da Conceição Lopes, a quem agradeço) apresentam culturas materiais com claras afinidades com o mundo turdetano.

Se os Cinetes não são os Cónios, e se na região a que aqueles estão associados no século VI a.C. existem turdetanos a partir do século IV a.C., parece claro que a etnia registada por Avieno e Heródoto se teria dissipado de forma que não sei explicar.

A identificação de Conistorgis poderia ajudar a resolver esta questão, ainda que Estrabão a registe em território de Célticos (III, 2, 2). Mas essa «cidade» não foi ainda localizada, mesmo que várias tenham sido já as propostas de localização (Mértola, Outeiro do Circo e agora Medellín).

A questão permanece, portanto, em aberto, tais são os problemas que envolve. Mas esta nova proposta de Jorge de Alarcão para a localização dos Cónios não deve ser recusada liminarmente, como fez Vilatela (2001), até porque o corónimo *Cuneus* pode, de facto, não estar associado àquela etnia, como sempre e aprioristicamente se considerou. Pelo contrário, os textos de Estrabão, Plínio e Mela e mesmo a geografia de Ptolemeu, e ainda os dados arqueológicos, permitem que nesse *Cuneus* identifiquemos os Turdetanos, cuja associação aos Cónios, não sendo impossível, é, por ora, difícil de compreender devidamente.

A relação das estelas extremeñas do Bronze Final com os Cónios poderá pois ser discutível, ainda que não liminarmente descartada, mas não o podem ser as interpretações e as leituras que delas faz.

Concordo que a hipótese de estes monumentos se constituírem como marcos a indicar rotas de transumância ou a delimitarem territórios, defendida por Marisa Ruiz-Gálvez e Gálan Domingo (1991; Galán Domingo, 1993) não parece convincente e a sua relação com povoados do Bronze final/Ferro inicial (Martín Bravo, 1999) carece de confirmação. A sua associação a recintos sepulcrais é mais plausível, havendo dados que a podem demonstrar. Uma proposta recente, e eivada de pós modernidade, de corresponderem a monumentos destinados a assinalar os locais de manifestações sociais de carácter simbólico e ritual (Delgado Hervás, 2001: 348) não está também apoiada em quaisquer vestígios arqueológicos, que deveriam ser abundantes.

Se a função das estelas extremenhas continua envolta por uma densa névoa, o significado das representações que elas ostentam não é mais claro. Talvez pos-

samos mesmo dizer que a interpretação da iconografia representada está intimamente relacionada com a função e não será independente desta, ou seja, que as imagens poderiam conter um determinado significado, se as estelas correspondessem a marcos diferenciadores de territórios e um outro, se estivessem associadas a recintos sepulcrais.

A leitura que é apresentada neste trabalho é sugestiva. Em concordância com referência anterior (Alarcão, 1992a: 50-51), nega-se o «...pressuposto evolucionista de que as mais simples (isto é com menos elementos figurados) seriam as mais antigas...» (Alarcão 2001: 325), negação que contradiz a maioria das teses conhecidas. Parte do princípio que «...as estelas extremeñas foram erigidas por (ou para) chefes.» (*ibid.*: 326) e, tal como Barceló (1992), entende que as diferenças entre o número de elementos figurados deve relacionar-se com diferenças de *status* e não com uma qualquer evolução cronológica.

A existência de uma sociedade piramidal, organizada em termos de estrutura de tipo feudalóide, vem também na sequência de hipóteses anteriormente formuladas pelo próprio Jorge de Alarcão para outras regiões, concretamente o vale do Sado, onde defendeu a existências de «... um príncipe suzerano em Alcácer e chefes vassallos (na herdade do Gaio, por exemplo...)» (1996: 30).

3. Sistemas sociais, políticos e económicos da Idade do Ferro: o Alentejo e o Noroeste

Em 1996, são publicados dois importantes artigos sobre a Idade do Ferro do Alentejo interior (Alarcão, 1996a e b).

Em trabalho recente, tive já oportunidade de me debruçar, com algum detalhe, sobre a importantíssima contribuição que aqueles artigos trouxeram para a arqueologia sidérica portuguesa (Arruda, 2001). Aspectos demográficos, económicos, sociais e políticos foram abordados e marcaram indelevelmente o debate e as abordagens posteriores, podendo dizer-se que, neste caso, tanto as temáticas como a metodologia utilizada foram moldadas por um processualismo quase total.

Não querendo repetir completamente os argumentos em que baseei a concordância e a discordância em relação às teses apresentadas naqueles trabalhos, retomo, no entanto, alguns aspectos focados nesse artigo, destacando os que me parecem continuar pertinentes. A questão étnica, já tratada nas páginas anteriores, não será agora abordada.

Atribuir um conteúdo preciso às unidades de povoamento sidérico baixo-alentejano constitui-se, na minha perspectiva, num dos seus mais importantes contributos (Alarcão, 1996a: 25). Assim, aquilo que foi chamado de «povoados»

ou de «pequenos povoados» foi então definido como pequenas unidades unifamiliares habitadas por linhagens de 3 ou 4 gerações. E se o termo «casal», com que entendeu designar essas pequenas unidades, pode não reunir consenso (Fabião, 1998: 333; Mataloto, 2003: 19), o certo é que o conteúdo parece ser aceite sem quaisquer reservas.

Muito importante é a focalização sobre os aspectos demográficos e sobre o seu significado ao nível da rede de povoamento evidenciada no vale do Mira. E se é verdade que as estimativas de população foram criticadas (Correia, 1997), é também certo que permitiu um debate em que o ritmo e também o tom foram por ele marcados neste andamento.

Por outro lado, as metodologias que serviram de base a estas estimativas permitiram a obtenção de números que pareciam elevados, mas a utilização de outras distintas forneceu valores muito semelhantes (Arruda, 2001: 232-233).

No texto que já referi (Arruda, 2001), pude provar que a teoria da «colonização interna» que defende para a área e para o período em questão não pode ser sustentada. Efectivamente, se a análise da distribuição dos «casais» e da sua eventual demografia permitia colocar essa possibilidade, se aceitarmos a evolução da arquitectura funerária traçada por Virgílio Correia (1993), que parece fundamentada, temos que descartar a hipótese, segundo a qual alguns dos casais teriam tido origem na exportação de parte de uma família nuclear de um outro casal com problemas demográficos a resolver.

Lembro que, enquanto a necrópole de Fernão Vaz comporta todos os tipos de monumentos funerários, abrangendo assim toda a diacronia da ocupação sidérica da região, as de Pego da Sobreira e Arreganhado integram apenas monumentos da primeira fase de Virgílio Correia e a da Vaga da Cascalheira compõem-se, exclusivamente, de monumentos da terceira fase do mesmo investigador. Assim, torna-se difícil sustentar que os casais do Pego da Sobreira e do Arreganhado possam ter sido fundados a partir de Fernão Vaz, quando os dados das respectivas necrópoles indiciam que a fundação dos três teria ocorrido no mesmo momento, havendo elementos que permitem afirmar que, enquanto os dois primeiros são abandonados após alguns anos de ocupação, o último permanece ocupado durante toda a Idade Ferro.

Julgo, portanto, que os dados existentes permitem pensar mais numa concentração de população em Fernão Vaz do que numa «colonização» a partir dele, apesar de ser ainda algo difícil esclarecer o papel jogado neste cenário pelo casal da Vaga da Cascalheira, não sendo de desprezar a hipótese de este ter sido efectivamente fundado a partir de Fernão Vaz, fundação essa que, no entanto, implicou também a construção da respectiva necrópole.

Os seus cálculos demográficos foram confrontados com os que as necrópoles associadas a estes pequenos sítios de *habitat* forneceram, tendo constatado que a contradição existente entre ambos é real. Para uma população média de 50

habitantes, e considerando uma ocupação de 250 anos e uma taxa de mortalidade de 35,5%, deveriam existir na necrópole de Fernão Vaz 354 a 442 sepulturas (Alarcão, 1996: 26). De facto, só existem 36 (Correia, 1993: 356).

No artigo que publiquei em 2001, pude argumentar que a população de Fernão Vaz poderia não ter sido tão elevada e que uma ocupação de 250 anos me parecia excessiva (Arruda, 2001: 232). Os cálculos que efectuei com base numa população média de 20 indivíduos e num tempo de 100 anos forneceram-me, no entanto, também um número superior ao das sepulturas existentes: 57 (*ibid.*).

Uma das questões tratadas no artigo de 1996 é a de quem era efectivamente sepultado naquelas necrópoles, uma vez que o número de potenciais habitantes de cada casal é sempre superior ao das sepulturas existentes. A hipótese de apenas os «chefes» terem sido sepultados mostrou-se também incompatível com os números obtidos, situação que não ficou resolvida pela possibilidade de a estes «chefes» se terem juntado, na mesma necrópole, os dos casais recém-fundados.

Pude já referir que não parece existir qualquer modelo de «colonização interna» na região de Ourique, pelo que estes últimos cálculos, para além de não se mostrarem compatíveis com o número de sepulturas existentes, não têm também suporte arqueológico.

Com efeito, e como já anteriormente referi, os dados conjugam-se no sentido de tornar óbvio que Fernão Vaz, Pego da Sobreira e Arreganhado possuem ocupações coevas e que os seus habitantes construíram as suas necrópoles em área anexa. Nesse primeiro momento da ocupação sidérica da área de Ourique, os monumentos funerários são de planta circular e, tudo indica, comportavam apenas um enterramento. É assim fácil concluir que em Pego da Sobreira e Arreganhado apenas um único indivíduo foi sepultado, enquanto em Fernão Vaz três pessoas tiveram direito a um monumento funerário, parecendo ser de concluir que, de facto, apenas alguns elementos do grupo eram sepultados. E esses seriam certamente aqueles a que Jorge de Alarcão chamou de «chefes».

A Idade do Ferro do Baixo Alentejo mereceu ainda de Jorge de Alarcão uma atenção especial no que diz respeito à forma como as comunidades humanas estavam estruturadas em termos políticos e sociais.

Os seus «casais agrícolas» constituíam «...uma sociedade não piramidal, isto é, sem chefes vassallos intermédios, o que não exclui uma integração sociopolítica sob a égide de um poder centralizador residente no lugar central cuja existência postulamos...» (Alarcão, 1996a: 32). A estrutura dos *Conii* seria, apesar de isonómica, bastante evoluída e muito próxima de um estado, na qual o chefe desse estado arcaico tributaria os seus súbditos, concretamente aqueles que residiam nos referidos casais agrícolas (*ibid.*: 33).

Num texto de 1997, Virgílio Hipólito Correia discorda de Jorge de Alarcão. Não concorda que a «homogeneidade a nível cultural», que ele próprio também

reconhece existir em Ourique, e que traduziria «...módulos de comportamento territorial de entidades políticas autónomas, a que Renfrew chama Early State Modules.» (Correia, 1997: 47), seja suficiente para concluir da existência de um estado. E isto porque apesar «...desses módulos se detectarem em estados, não é de toda verdade que a existência do módulo só aconteça em função da existência deles. Por isso não deve ser pela verificação da materialização territorial das esferas de influência dos povoados ou agrupamentos de povoados (Cf. Berrocal, 1986) em escala idêntica à do 'módulo do estado arcaico' (Cf. Correia, 1990: 184-5) que devemos concluir da existência desse estado» (*ibid.*). Para Virgílio Hipólito Correia, a organização social da população que residia no Sul de Portugal, neste caso concreto na área de Ourique, era complexa, mas estava, no entanto, longe de se poder considerar um estado, uma vez que, e citando Yoffee (1993: 48-50), «Faltava-lhe para isso a rigidez dos mecanismos de controle e a perenidade das relações formais entre estratos distintos da sociedade, que os chefes de linhagem não eram ainda capazes de impor aos seus dependentes e a outros chefes seus viziños, nem a população que já vivia em povoados incipientemente urbanizados era capaz de chamar a si, nem tão pouco a classe sacerdotal dominava» (*ibid.*: 69).

Assim, para este investigador, a sociedade que habitava esta região estava organizada em linhagens, onde existiam indivíduos que detinham um estatuto social superior aos restantes membros (*ibid.*). A existência de uma estrutura social hierarquizada foi considerada, sobretudo a partir da análise das necrópoles, concretamente no que se refere à dimensão dos monumentos (Correia, 1993: 360-362), uma vez que a dimensão de um monumento funerário pode «...estar na razão directa da riqueza do indivíduo aí sepultado e, nessa medida, reflectir a sua posição mais ou menos importante dentro da hierarquia social que estrutura o seu grupo» (*ibid.*: 361). Esse elevado estatuto social estaria directamente ligado «...a unidades demográficas organizadas em pequenos grupos...» (*ibid.*: 71) e «A existência de povoados fortificados maiores integrar-se-ia neste panorama se eles se considerarem como centros que centralizam algumas funções sociais determinantes, que dependiam ainda da exploração directa dos recursos naturais e nas quais as relações inter grupais e o status social assentavam» (Correia, 1997: 89).

No meu artigo de 2001, defendi que os dados que a arqueologia me tinha permitido ler não se coadunavam com a existência, nesta região, de relações de subordinação entre os diversos casais, mas, pelo contrário, tudo indicava que estas relações se estabeleciam na base da coordenação.

Por outro lado, neguei também a existência de um qualquer povoado centralizador, com funções sociais determinantes, que ambos os autores postularam existir, mas que efectivamente nunca foi encontrado, provavelmente porque nunca existiu.

Assim, escrevi «Os dados existentes poderiam parecer indicar que se está na presença de uma sociedade pouco complexa em termos sociais, onde domi-

nava um modo de produção doméstico, em que as relações sociais estavam profundamente marcadas pelas relações de parentesco, e onde a própria existência de uma hierarquização acentuada parece não ter sido detectada. Porém, um elemento existe que não pode ser esquecido na análise de toda esta problemática: a escrita. Efectivamente, parece ser pouco consistente defender que uma sociedade que domina o uso da escrita, mesmo que ela seja fundamentalmente, mas não exclusivamente, funerária, esteja organizada de uma forma pouco complexa, de tipo quase tribal. Pelo contrário, o conhecimento e utilização da escrita está sempre ligado a sociedades profundamente hierarquizadas e com sistemas organizativos próprios de estados, ou pelo menos, com uma complexificação de tipo «chefado» e «Não penso que seja, pois, legítimo duvidar que estamos perante um sociedade isonómica, apesar de saber que a isonomia não é incompatível com um estado, tal como Jorge de Alarcão bem referiu» (Arruda, 2001: 284).

Não havendo dados arqueológicos novos, não é muito o que se me ocorre hoje dizer de novo a propósito deste assunto.

Queria no entanto ainda frisar que, mais talvez do que em 2001, uma estrutura social complexa me parece ser defensável para o Baixo Alentejo, num momento que pode localizar-se em torno ao século VI a.C. São uma vez mais os dados das necrópoles que podem ser manejados para defender a existência dessa complexidade social. A própria isonomia que Jorge de Alarcão presumiu para a região de Ourique, e que tanto Virgílio Correia como eu própria aceitámos, pode ser questionada.

Como atrás referi, os túmulos de planta circular, que correspondem à primeira fase, são apenas três em Fernão Vaz e um em Pego da Sobreira e outro em Arreganhado. Só nas fases II e III os túmulos se multiplicam, o que parece corresponder ao momento de abandono dos casais menores e à concentração no primeiro da população até aí dispersa por vários núcleos habitacionais. Tudo indica, portanto, que, pelo menos na fase inicial, as sepulturas de túmulos pétreos eram destinadas apenas a determinados indivíduos do grupo e que esses seriam naturalmente os que se destacavam social e politicamente: os «chefes». A inexistência de um povoado central que coordenasse as actividades económicas dos diferentes casais, que tanto Jorge de Alarcão como Virgílio Correia acreditam existir, não implica contudo que se abandone a ideia de uma sociedade hierarquizada e suficientemente complexa que se aproxime do que o primeiro definiu como piramidal, e próxima de um estado arcaico.

Tal como dizia em 2001, «...uma sociedade complexa, por exemplo um estado, pode não se materializar, obrigatoriamente, em estruturas de *habitat* e religiosas sumptuosas, como, manifestamente, não é o caso dos sítios de *habitat* de Ourique. Tão pouco é obrigatório a existência de uma cultura material que se caracterize por uma excessiva diversidade ou riqueza. A riqueza da população sidérica do Baixo Alentejo podia residir nos rebanhos que possuía e no controlo

das rotas comerciais onde, como já referi, ocupava lugar destacado. O controlo dessas rotas e das terras onde os seus rebanhos se alimentavam obrigaria esta população a possuir um domínio, quase absoluto, do seu território. Seria este comportamento territorial o responsável pela homogeneidade cultural que é visível na região, durante a Idade do Ferro, e que é difícil conceber sem pensar que estamos perante uma entidade política autónoma.» (Arruda, 2001: 286)

Ainda que muito brevemente, nos trabalhos de 1996 Jorge de Alarcão fala também sobre a área «céltica» do Alentejo, referindo que entre esta e a dos Cónios existia uma diferenciação acentuada entre o tipo de povoamento, diferenciação que devia ser associada à distinção étnica dos habitantes respectivos: «A diferença étnica entre uma população pré-indo-europeia de longas raízes históricas na região e uma população «céltica» chegada eventualmente no século VIII a.C. corresponde assim uma diferença de povoamento» (Alarcão, 1996a: 29).

Esta observação, ainda que feita «a propósito», merece alguma atenção. Se concordo em absoluto que os dois tipos de estratégia de povoamento podem corresponder a duas unidades étnicas distintas, não me parece que elas tenham coexistido no tempo. Pelo contrário, tudo indica que os sítios que Jorge de Alarcão denominou, e bem, de «casais agrícolas» são abandonados no momento em que os povoados de altura, rodeados por linhas de fortificação, são fundados, momento esse que podemos situar em meados/finais do século V a.C.

Os dois tipos de povoamento seriam, aliás, comuns a outras áreas, mas sempre em momentos subsequentes. Se na altura em que Jorge de Alarcão escreveu, os sítios de *habitat* de tipo «casal» pareciam confinados à área baixo-alentejana, os trabalhos arqueológicos que foram produzidos no âmbito do plano de minimização dos impactos da barragem do Alqueva permitiram verificar que, também nesta área, e num momento localizado em torno ao século VI a.C., o povoamento apresentava características semelhantes ao verificado na região de Ourique (Mataloto, 2003). Esta mesma situação parece detectar-se em outras áreas do Alentejo Central, como por exemplo o concelho do Redondo (*ibid.*). Na mesma região, os povoados de altura fortificados parecem ser fundados no momento em que os «casais» são abandonados (*ibid.*).

Julgo importante, neste contexto, chamar a atenção para o facto de estes dois momentos corresponderem também a matrizes culturais distintas ao nível dos espólios arqueológicos. Com efeito, se no primeiro momento as influências orientais parecem evidentes, os povoados localizados em posição destacada e visível, e mais tardios, oferecem materiais cuja filiação pode localizar-se no mundo continental. Esta alteração do tipo de povoamento, a que se pode associar uma ruptura na matriz cultural dos espólios recolhidos, revela uma alteração comportamental que merece atenção.

Contudo, o tipo de povoamento mais tardio e sobretudo as cerâmicas a ele associadas, de matriz continental, e correspondentes à segunda metade do I mi-

lénio a.C., não parecem ser únicos ou exclusivos no Alentejo, em geral. As evidências que as escavações arqueológicas levadas a efeito em Mértola (Rego *et al.*, 1996) e na área urbana de Beja (informação pessoal de Conceição Lopes, a quem agradeço) têm mostrado comprovam que aqueles sítios, e outros da mesma área, como por exemplo Mesas do Castelinho ou Castelo Velho do Degebe entre muitos outros, não partilham, no mesmo momento, a mesma cultura material. Os primeiros estão ligados ao litoral e ao chamado mundo turdetano, enquanto nos segundos a abundância da cerâmica decorada com grandes estampilhas remete para uma conexão com ambientes celtizantes. A existência desta diversidade cultural em áreas próximas e no mesmo momento da diacronia (entre Mértola e Almôdovar a distância não é superior a 60 Km) deve ser perspectivada à luz da presença, na mesma região, de populações integrando sistemas étnicos diversos.

O estudo da realidade sidérica alentejana, das suas rupturas e continuidades, e das diversidades culturais em momentos coevos da diacronia está, ainda em grande parte, por fazer. E se a área foi investigada com profundidade desde há décadas e muitos têm sido os trabalhos arqueológicos realizados em sítios concretos, alguns com resultados publicados, parece necessário que os estudos prossigam na definição clara de cronologias e de culturas materiais a elas associadas de modo a que outras análises possam ser feitas e outras perspectivas ensaiadas.

De qualquer modo, os novos e outros olhares que Jorge de Alarcão lançou sobre a região representam um corte quase total com velhos e ultrapassados paradigmas e permitiram que os novos dados possam ser perspectivados num outro quadro conceptual.

A «cultura castreja» foi também objecto de estudo por parte de Jorge de Alarcão (1992b). Também aqui a análise foi fundamentalmente de ordem social e política, embora os aspectos económicos tenham sido igualmente abordados. Numa vasta região, que foi designada de galaico-lusitana, e em grande parte baseado nos dados que os trabalhos de Armando Coelho e Manuela Martins proporcionaram, procurou avaliar a evolução política e social das comunidades humanas que habitaram aquela vasta área durante cerca de 1500 anos. O texto em causa foi objecto de análise detalhada por Raquel Vilaça (1992), que melhor do que eu conhece a região e as problemáticas, não me restando, portanto, muito mais a dizer.

Gostaria, no entanto, de realçar que, tal como em relação ao Alentejo, a análise foi suficientemente nova para recolocar o debate num outro quadro conceptual e permitir que as abordagens ultrapassassem as meras perspectivas evolucionistas ou neo-evolucionistas.

Num outro artigo (2003) sobre a cultura castreja, a organização social das comunidades que habitaram o Norte e o Noroeste da Península Ibérica volta a ser abordada. Neste caso, foi sobretudo a epigrafia que permitiu a Jorge de Alarcão

discutir a real dimensão social e política das diversas «unidades organizativas» conhecidas por *castella*, *gentes*, *gentilitates* e *cognationes* e das que se deduzem dos *nomina* em genitivos do plural terminados em *-un*, *-um*, *on*, *-om* ou *-orum*. A natureza e funções das unidades designadas por tais nomes é pois o tema fulcral desse trabalho.

Na construção das novas propostas ou hipóteses, como prefere chamar-lhes, avançadas foi também dada muita atenção ao registo arqueológico, até porque reconhece que «a dimensão dos lugares habitados e o seu posicionamento relativo no espaço físico envolvente não são apenas correlativos de uma determinada economia como também de uma certa estrutura de relações sociais» (Alarcão, 2003: 13). Assim, por exemplo, a dimensão dos povoados e das unidades residenciais no seu interior foi tomada em consideração para concluir da existência de «famílias alargadas» (*cognationes*) que integrariam não só os membros que viviam sob o mesmo tecto, mas também outros parentes que viveriam em unidades residenciais autónomas.

O enquadramento antropológico deste novo trabalho deve ser realçado, e as novas propostas avançadas permitirão, certamente, relançar o debate sobre a questão, quando a tese «gentilícia» se encontra ultrapassada e continua a não haver consenso sobre o significado social dos diversos termos conhecidos.

Muito importante parece ser a conclusão da inexistência de sentidos únicos para os vários termos epigraficamente registados, ou seja que *gentes*, *gentilitates*, *cognationes* e genitivos do plural em *-um* podem não ter tido, em todos os lugares e em todos os contextos, os mesmos significados. Se uma «família alargada» poderia ser designada por uma *cognatio*, não é menos certo que o mesmo termo poderia ter o mesmo sentido de *gentilitas*, o que não invalida que este último não pudesse ser assimilado a *gens* em determinadas circunstâncias. Os argumentos utilizados para a sustentação de tal hipótese parecem ser sólidos e consistentes e resultam de um levantamento exaustivo da epigrafia da área analisada, o que beneficia a interpretação proposta e a torna convincente.

4. «Não tenho explicações...Olho e confronto...»

Foi olhando e confrontando (dados arqueológicos, textos clássicos, epigrafia, toponímia...) que Jorge de Alarcão abriu novas possibilidades de leitura para a Idade do Ferro em Portugal, acrescentando-lhe riqueza, complexidade e conteúdo. Os seus trabalhos sobre esta temática traduziram-se numa mudança global do âmbito da análise, e a realidade empírica pode adquirir um outro sentido. Talvez o pensamento não estivesse, à partida, completamente despido de «teoria», mas parece seguro que não estava viciado em explicações pré-concebidas. As hipóteses avançadas para descodificar os registos existentes, muitas vezes quase

invisíveis, podem ainda vir a sofrer alterações significativas, mas a sua capacidade prospectiva transformou o estudo da Idade do Ferro de uma forma radical e irreversível.

Os seus artigos e as suas reflexões sobre a realidade sidérica portuguesa permitiram que os trabalhos dos que escreveram depois (eu incluída) se tornassem mais fáceis e mais produtivos. A verdade é que é infinitamente mais rápido e incomparavelmente mais simples construir edifícios bonitos e bem estruturados quando as fundações são sólidas e estão alicerçadas numa grande seriedade intelectual, neste caso, também aliada à criatividade e a um enorme rigor científico.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1983) – A dimensão antropológica da arqueologia. *Biblos*, 59, p. 470-477.
- ALARCÃO, J. (1988a) – *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Europa América.
- ALARCÃO, J. (1988b) – *Roman Portugal*. Warminster.
- ALARCÃO, J. (1990) – O reordenamento territorial. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença. p. 352-382.
- ALARCÃO, J. (1992a) – Etnografia da fachada atlântica ocidental da Península Ibérica. In Almagro Gorbea, M. e Ruiz Zapatero, G. (eds.) *Paleoetnologia de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense, p. 339-346.
- ALARCÃO, J. (1992b) – A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*, 31, p. 39-71.
- ALARCÃO, J. (1996a) – Os círculos culturais da 1ª Idade do Ferro no Sul de Portugal. In Villar, F. e Encarnação, J. (eds.), *La Hispania preromana*. Salamanca: p. 19-36.
- ALARCÃO, J. (1996b) – O primeiro milénio a.C. In Alarcão, J. (Coord.), *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Instituto Português de Museus. p. 15-30.
- ALARCÃO, J. (1996c) – *Para uma conciliação das Arqueologias*. Porto: Afrontamento.
- ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4, 2, p. 293-349.
- ALARCÃO, J. (2003) – A organização social dos povos do Noroeste e Norte da Península Ibérica nas épocas pré-romana e romana. *Conimbriga*. Coimbra, 42, p. 5-115.
- ALARCÃO, J. e IMPERIAL, F. (1996) – Sobre a localização dos Lancienses e Taporí. In *Miscellanea em homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*. Lisboa: Colibri, p. 39-44.
- ALMAGRO GORBEA, M. (1996) – Sacred places and cults of the late bronze age tradition in celtic Hispania. In *Archaeologischen Forschungen zum Kulturgeschehen in der jüngeren Bronzezeit und frühen Eisenzeit Alteuropas*. Bona. p. 43-79.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro pós orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 4, 2, p. 207-291.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los Fenícios en Portugal*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6, Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- BARCELÓ, J. A. (1992) – Una interpretación socio-económica del Bronce Final en el Sudoeste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*, 49, p. 259-275.
- BARTEL, B. (1985) – Comparative historical archaeology and archaeological theory. In *Comparative studies in the archaeology of colonialism*. DL. Dyson (ed.) Tempus Reparatum. Oxford. BAR (International Series), 233. p. 8-37.
- BINFORD, L. (1965) – Archaeological systematic and the study of culture process. *American Antiquity*, 21, p. 203-210.

- CLARKE, D. (1984) – *Arqueologia Analítica*. Barcelona: Bellaterra.
- COELHO, L. (1971) – Inscrições da necrópole proto-histórica da Herdade do Pego (Ourique). *Arqueólogo Português*. Lisboa, série III, 5, p. 167-180.
- CORREIA, V. (1993) – As necrópoles da Idade do Ferro do sul de Portugal. *Arquitectura e rituais. Trabalhos de Antropologia e Etnologia (Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular)*. Porto, 33, 3-4, p. 351-370.
- CORREIA, V. (1997) – Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua arqueologia. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 37 (3-4), p. 41-85.
- DELGADO HERVÁS, A. (2001) – *De guerreros a comerciantes: Poder e intercambio en las comunidades del Bronce Final de Andalucía Occidental*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- DIETLER, M. (1995) – The cup of Gyptis: rethinking the colonial encounters in Early-Iron-Age Western Europe and the relevance of world systems models. *Journal of European Archaeology*, 2, 2, p. 89-111.
- DIETLER, M. (1998) – Consumption, agency, and cultural entanglement: theoretical implications of a Mediterranean colonial encounter. In J. G. Cusik (ed.) *Studies in culture contact: interaction, culture change and archaeology*. Center for Archaeological Investigations, Southern Illinois University, Carbondale, p. 288-315.
- DIETLER, M. (1999) – Reflections on Lattois society during the 4th century BC. *Lattara*, 12, p. 663-680.
- FABIANO, C. (1998) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território português*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 3 volumes.
- FARIA, A. (1989) – Sobre a presença romana no actual território português. Apostilas ao recente livro do Prof. Jorge de Alarcão. *Conimbriga*. Coimbra, 28, p. 53-69.
- FLANNERY, K. V. (1968) – The Olmec and the valley of Oaxaca: a model for inter-regional interaction in formative times. In E. Benson (ed.) *Dumbarton Oaks conference on the Olmecs*. Dumbarton Oaks, Washington, p. 79-110.
- GALÁN DOMINGO, (1993) – *Estelas, paisaje, y territorio en el Bronce Final del Suroeste de la Península Ibérica*. Madrid: Universidad Complutense.
- GRUZINSKI, S. e ROUVET, A. (1976) – «Ellos son como niños». Histoire et acculturation dans le Mexique colonial et l'Italie méridionale avant la romanisation. *Mélanges de l'École Française de Rome*, 80, p. 159-219.
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*. Dissertação de doutoramento em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.
- KRISTIANSEN, K. (1988) – *Europe before History*. Cambridge.
- MARTÍN BRAVO, A. (1999) – *Los orígenes de Lusitania. El I milenio a.C. en la alta Extremadura*. Madrid: Real Academia.
- MATALOTO, R. (2003) – *Um «Monte» da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa. Ruralidade e povoamento no I milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Faculdade de Letras. Dissertação de mestrado em Pré-história e Arqueologia (edição policopiada).
- PÉREZ VILATELA, L. (2001) – Alarcão y la Lusitania. Recensión y contestación crítica. *El miliário extravagante*, 82, p. 14-20.
- REDMAN, C. L. (1978) – *Los Orígenes de la Civilización (Desde los primeros agricultores hasta la sociedad urbana en el Próximo Oriente)*. Editorial Crítica, Barcelona.
- REGO, M.; GUERRERO, O. e GÓMEZ, F. (1996) – Mértola: una ciudad mediterránea en el contexto de la Edad del Hierro en el Bajo Guadiana. In *I Jornadas transfronterizas sobre la contienda hispano-portuguesa*. Aroche, p. 119-132.
- RENFREW, C. (1976) – *Before Civilization: the radiocarbon revolution and prehistoric Europe*. Harmondsworth: Penguin Books.

- RENFREW, C. (1986) – *Peer Polity Interaction and Socio-Political Change*. Cambridge: University Press.
- ROLDÁN HERVÁS, J. M. (1968-69) – Fuentes antiguas para el estudio de los Vettones. *Zephyrus*, 19-20, p. 73-106.
- ROWLANDS, M. J. (1982) – Processual archaeology as historical social science. In Renfrew e Rowlands (eds.) *Theory and explanation in archaeology*. New York: Academic Press, p. 155-174.
- RUIZ-GÁLVEZ, M. (1990) – Canciones del muchacho viajero. *Veleia*. Vitoria-Gasteiz, 7, p. 79-103.
- RUIZ-GÁLVEZ e GALÁN DOMINGO (1991) – Las estelas del suroeste como hitos de vías ganaderas y rutas comerciales. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid, 48, p. 257-273.
- SALINAS DE FRIAS, M. (1988) – Geografía de Celtiberia según las fuentes literarias griegas y latinas. *Studia Zamorensia*, 9, p. 107-115.
- SCHORTMAN, E. M. e URBAN, P. A. (1987) – Modeling interregional interaction in prehistory. In Schiffer (ed.) *Advances in archaeological method and theory*, 11, New York: Academic Press, p. 37-95.
- STOLER, A. L. (1992) – Rethinking colonial categories. European communities and the boundaries of route. In N. B. Dirks (ed.) *Colonialism and culture*. Michigan: Michigan University Press, p. 319-352.
- TOVAR, A. (1961) – *The ancient languages of Spain and Portugal*. New York.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde, 2. Lusitanien*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- VAN DOMMELEN, P. (1997) – Colonial constructs: colonialism and archaeology in the Mediterranean. *Culture contact and colonialism*. *World Archaeology*, 28, 3, p. 305-323.
- VILAÇA, R. (1992) – Comentário – A evolução da cultura castreja. *Conimbriga*. Coimbra, 31, p. 73-83.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: IPPAR.
- WATCHEL, P. (1974) – L'acculturation. In Le Goff e Nora (ed.) *Faire de l'Histoire: Nouveaux problèmes*, p. 124-146.
- WOLF, E. R. (1987) – *Europa y la gente sin historia*. México: Fondo de cultura económica.

NOTAS

¹ Com efeito, o estudo de situações coloniais concretas permitiu verificar como todos e cada um dos «projectos coloniais» se alteraram e modificaram pelas próprias especificidades das sociedades colonizadas.

² Só muito recentemente, e de forma quase tímida, as reflexões teóricas promovidas no âmbito da Antropologia tiveram algum eco na disciplina em relação ao estudo da Antiguidade, sendo de lembrar, por exemplo, as tentativas levadas a efeito por Van Dommelen (1997) ou Dietler (1995, 1998, 1999) de incorporar e debater estas questões no âmbito de casos específicos.

³ Lembre-se, a propósito, que os teóricos do processualismo, ao admitirem que os sistemas sociais são configurações fechadas sobre si mesmas e internamente coerentes, e que seria no seu seio que deviam ser estudados os processos de mudança cultural (Binford, 1965: 203), lançaram quase no esquecimento a intervenção do contacto com outras sociedades ou sistemas sociais nesse processo. Mas parece importante lembrar que muitos foram os arqueólogos vinculados à «Nova Arqueologia» que aceitaram a difusão e a interacção na transformação das sociedades humanas (por exemplo, Flannery, 1968; Renfrew, 1976; 1986; Clarke, 1984; Redman, 1978) e que a diabolização dos contactos inter-culturais partiu sempre dos sectores mais radicais do processualismo americano.

⁴ O sentido pejorativo, quase insultuoso, que o conceito «histórico-culturalista» adquiriu na segunda metade do século passado deve ser definitivamente afastado. O duríssimo ataque frontal que os teóricos da «Nova Arqueologia» dirigiram contra o histórico-culturalismo, que pode ter razões que ultrapassam questões meramente epistemológicas (Schortman e Urban, 1987: 48), não tem hoje sentido, sendo claro que este não deve confundir-se com a duvidosa agenda política de muitos dos seus

mentores. As posições polémicas e extremistas expressadas pelos arqueólogos vinculados ao processualismo, especialmente nos primeiros anos desta corrente de pensamento, em relação aos discursos e práticas arqueológicas pré-existentes podem, na opinião de Rowlands (1982: 158-59), procurar-se em causas políticas e ideológicas e, mesmo até, em animosidades intelectuais com uma longa história. Aliás, muitos dos paradigmas da arqueologia pós-processual ou pós-moderna são fortemente inspirados em alguns dos postulados da arqueologia inglesa da primeira metade do século XX.

⁵ A duplicação de topónimos não é infrequente, havendo muitos casos em que vários núcleos urbanos, por vezes muito distantes entre si, têm o mesmo nome. *Laccobriga* parece ser justamente um destes casos, existindo referência a uma *Laccobriga* dos Célticos (Ptolemeu, II, 5, 6; Mela, 3, 1, 7; Plutarco – Sertório 13; Plínio, III, 3, 26) e uma outra dos Vaceus (Ptolemeu, II, 6, 5, 0; Plínio, III, 3, 26).

⁶ Saliente-se, contudo, que Jorge de Alarcão, apesar de aqui invocar os paradigmas pós-modernos, recusa situar-se num campo onde se defende a convivência sem polémica, que faz da combinação de estilos um estilo próprio e da recuperação de fragmentos do passado não um cadinho onde se acumulam as diferenças, mas um tecido de colagens.

⁷ A contestação de Pérez Vilatela ao trabalho de Jorge Alarcão reveste-se de uma agressividade quase grosseira, e é, na minha perspectiva, de gosto duvidoso. Em muitos momentos, a crítica não parece séria, assumindo um tom «chocarreiro» que desprestigia quem a escreve e o «sábio aragônês al que dedicamos estas líneas». A falta de seriedade a que aludo pode ler-se, por exemplo, na chamada de atenção para o topónimo *Conimbriga* e da sua relação com etnónimo Cónios referido nas fontes clássicas. Abstenho-me de dar exemplos (são tão numerosos) do tom «chocarreiro» e de gosto duvidoso da sua crítica.

⁸ «...os *Lancienses Oppidani* não eram Lusitanos mas Vetões e os *Transcudani*, possivelmente, pertenciam ao mesmo grupo étnico» (Alarcão e Imperial, 1996: p. 43).

A cerâmica na obra de Jorge de Alarcão

INÊS VAZ PINTO

Universidade Lusíada

Na multifacetada obra de Jorge de Alarcão, os estudos de cerâmica romana pertencem aos primeiros dezassete anos da sua carreira de investigador, em que profusamente estudou materiais arqueológicos, e em especial vidros. Os seus estudos de cerâmica centraram-se nos materiais de Conimbriga, quer das escavações antigas, quer das escavações luso-francesas, com uma frutuosa incursão alentejana, que consistiu no estudo do espólio das necrópoles de Valdoca (Aljustrel) e Monte do Farrobo, e esporádicos achados em sítios diversos como São Sebastião do Freixo e a *villa* romana de Cardílio, entre outros. No entanto, a cerâmica, e em particular a cerâmica comum, tem um lugar privilegiado na sua obra por ter constituído o tema da sua tese de doutoramento.

Os primeiros estudos de cerâmica de Jorge de Alarcão incidem sobre materiais de Conimbriga recolhidos pelas escavações de Virgílio Correia e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, e foram publicados no *Arquivo de Beja* nos volumes datados de 1963-64 e 1965. O primeiro de todos, em colaboração com Adília Moutinho Alarcão e intitulado *Cerâmica estampada vermelha de Conimbriga* (Alarcão e Alarcão, 1963-64) a exemplo da denominação dada por Jodin e Ponsich à mesma cerâmica de Marrocos (Alarcão e Alarcão, 1963-64, p. 82), estuda uma colecção do que se virá a chamar "Sigillata Clara D" depois da classificação que Hayes (1972) fará quase uma dezena de anos mais tarde. Além de ser um dos primeiros estudos sistemáticos sobre uma colecção deste tipo de material oriundo do território português, desde logo fica estabelecida a "imagem de marca" dos estudos de cerâmica de Jorge de Alarcão: cuidadosa contextuali-